



**ACÓRDÃO Nº71/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 1816/2011.**

**Apensos:** Processo nº 3303/2010, 5258/2010 e 1971/2011.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Responsável:** Mauro Giovanni Lippi Filho (Ordenador de Despesa)

**4- Órgão:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED

**5- Exercício:** 2010

**6- Advogado:** Marco Aurelio de Lima Choy – OAB/AM nº 4271, Edmarie de Jesus Cavalcante - OAB/AM nº 3351, Ney Bastos Soares Junior - OAB/AM nº 4336 e Marcos dos Santos Carmo Filho - OAB/AM nº 6818

**7- Unidade Técnica:** DICAD-MA e DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 404/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Exercício de 2010.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, responsável pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED, relativa ao período 19/7 a 31/12/2010, Secretário e Ordenador de Despesa, face as irregularidades praticadas com grave infração a norma legal e com dano ao erário constantes do Relatório 205/2018 da DICOP), nos termos do inciso II do art. 1º, das alíneas b e d do inciso III do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96, bem como **Julgar irregular** a prestação de contas anual da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, relativa ao período 1/1 a 6/7/2010, de responsabilidade do **Sr. Vicente de Paulo de Q. Nogueira**, Ordenador de Despesa, face as irregularidades praticadas com grave infração a norma legal e com dano ao erário (constantes do Relatório 205/2018 da DICOP), nos termos do inciso II do art. 1º, das alíneas b e d do inciso III do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96, e **julgar regular com ressalvas**, a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, relativa ao período de 7/7 a 18/7/2010, sob a responsabilidade do **Sr.**



**ACÓRDÃO Nº71/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**Luís Fabian P. Barbosa**, Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

- 10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho** no valor de **R\$13.654,39**, responsável pela SEMED no período de 19/7 a 31/12/2010, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, com base no valor disciplinado à época, no montante de R\$13.654,39, face as irregularidades praticadas sob a sua gestão, com grave infração a norma legal, conforme irregularidade do Relatório 205/2018 da DICOP, bem como **aplicar multa** ao **Sr. Vicente de Paulo de Q. Nogueira**, responsável pela SEMED no período de 1/1 a 6/7/2010, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, com base no valor disciplinado à época, no montante de **R\$13.654,39**, face as irregularidades praticadas sob a sua gestão, com grave infração a norma legal, conforme irregularidade do Relatório 205/2018 da DICOP; As multas deverão ser recolhidas no prazo de 30 dias para o Cofre Municipal através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.3. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho** no valor de **R\$1.819.047,71**, responsável pela SEMED no período de 19/7 a 31/12/2010, solidariamente, com i) quanto à quantia **R\$ 427.894,28**, o **Sr. Antônio Carlos Oliveira Coelho**, Fiscal de Obras e a Empresa Construcôm – Construções, Comércio e Representações Ltda. ii) quanto à quantia **R\$ 503.235,45**, o **Sr. Fábio José Coelho Dias**, Fiscal de Obras e a Empresa Construban Serviços e Construções Ltda. e iii) quanto à quantia **R\$ 887.917,98**, o **Sr. Claudionildo Teles Batalha**, Fiscal de Obras, e a Empresa Império Construções E Serviços Ltda., pelas irregularidades apontadas no Relatório 205/2018 da DICOP, nos termos dos incisos I e III do art. 304 do RI/TCE-AM; Também **considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Vicente de Paulo de Q. Nogueira**,



**ACÓRDÃO Nº71/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

responsável pela SEMED no período de 1/1 a 6/7/2010, no valor de **R\$ 480.347,01**, solidariamente, com o **Sr. Fábio José Coelho Dias**, Fiscal de Obras, e a Empresa Construban Serviços e Construções Ltda., pelas irregularidades apontadas no Relatório 205/2018 da DICOP, nos termos dos incisos I e III do art. 304 do RI/TCE-AM.

Todos os montantes devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Secretaria Municipal de Educação – SEMED por descumprimento de/pelas improbidades apontadas;

- 10.4. Determinar** à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 10.5. Determinar** à atual administração, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que cumpra todas as regras disciplinadas na Lei federal nº 8.666/93, zelando para que as obras sejam executadas de acordo com os princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade e eficiência.

**11- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 6 de Fevereiro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral